

RELATÓRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2017

Dando cumprimento aos Estatutos do Centro Juvenil de S. José, informamos os Senhores Associados dos factos e situações mais relevantes verificadas durante o exercício de 2017.

1) Situação Económica

Vendas e Prestação de Serviços (euros)

	2017	Var. %	2016
Vendas			
. Gráfica	217.342,98	3%	210.461,36
. Hostel	85.518,32	1%	84.817,27
Sub-total	302.861,30	2%	295.278,63
Serviços prestados			
. Lar de jovens	25.602,31	+33%	19.284,55
. Creche	41.433,25	+17%	35.329,05
. Quotizações	3.448,00	1%	3.409,00
Sub-total	70.483,56	+21%	58.022,60
Total	373.344,85	6%	353.301,23

Em 2017, os proveitos decorrentes da actividade económica do Centro Juvenil de S. José (CJSJ) apresentaram um crescimento de 2%, sendo de salientar um novo crescimento de 3% da gráfica (7% em 2016, para o que terá contribuído um prémio de produção aos trabalhadores desta valência equivalente a 10% do aumento das vendas). No hostel, as receitas estabilizaram, mas traduzindo-se num aumento do contributo devido a não incluírem refeições.

Continuando o crescimento de 5% registado em 2016, os serviços prestados nas valências sociais aumentaram 21%, com destaque para as comparticipações familiares dos utentes da creche (+17%, devido ao aumento da frequência média mensal de 31 para 33 crianças em 2017) e do aumento da frequência do LIJ (de 23 para 26 utentes).

Subsídios, Doações e Legados à Exploração (euros)

	2017	%	2016
CDSSB (LIJ)	217.813,11	+15%	188.884,79
CDSSP (creche)	102.015,87	+10%	92.579,45
ISS (SER +)	102.624,00	0%	102.624,00
IEFP	6.294,79	+11%	5.660,12
Sub-total	428.747,77	10%	389.748,36
Donativos	4.155,87	-73%	15.681,59
Total	432.903,64	7%	405.429,95

O montante de subsídios recebidos aumentou 10% (face a um decréscimo de 1% em 2016), sendo de destacar:

-os subsídios recebidos no LIJ decorrentes do protocolo de cooperação com o CRSSB aumentarem 15% (+29 m€), dado o já referido aumento do número médio mensal de utentes de 23 para 26 utentes; se as vagas protocoladas (40) não forem preenchidas em, pelo menos, 65% (26), as vagas não preenchidas são pagas a 50% do valor protocolado de 486€ (em termos médios mensais, a receita é afectada em 3.888€), situação penalizadora para as receitas desta valência e que apenas se verificou em 4 meses do ano de 2017, ao invés do forte impacto negativo ocorrido em 2016;

- forte aumento (10%, seguindo-se a um reforço de 14% ocorrido em 2016) dos subsídios recebidos pela Creche, alinhado com o aumento da frequência;

- os subsídios SER + mantiveram o valor do ano anterior.

Os donativos registaram nova quebra de 73% face ao ano anterior (em que já tinham caído 15%) que traduz a contínua diminuição dos donativos em espécie e, essencialmente, de no final de 2016 ter sido recebido um donativo de 10.000€.

Os outros rendimentos e ganhos de 2017 atingiram 39.422,26€ (-16 m€, dado que em 2016 registou-se uma mais-valia de 16,7 m€ no reembolso na maturidade das obrigações da EDP) dos quais 14.977 € de proveitos de refeições e alojamentos (dos quais 8.909€ de compensação pelo acolhimento de refugiados), 5.558€ de entregas recebidas por ordem do Tribunal (- cerca de 6200€ face a 2016), 9961 € (+ cerca de 4 m€ face a 2016) de subsídios para investimento, 3.601 € (+ cerca de 1300 € face a 2016) de consignação de IRS e 1954€ (+298€) de proveitos decorrentes da venda de energia eléctrica originada nos painéis fotovoltaicos instalados em 2011.

Os juros e rendimentos similares obtidos reduziram-se cerca de 12 m€ para cerca de 5,7 m€, reflectindo não ter sido possível encontrar aplicações financeiras de risco adequado que proporcionassem rentabilidade idêntica às das referidas obrigações da EDP.

Assim, a totalidade dos proveitos atingiram 856.320,94€, mais 3% (+23 m€) face a 2016, tendo as contribuições mais significativas tido origem no LIJ (+ cerca de 35 m€), na creche (cerca de 15 m€) e na gráfica (+ cerca de 6 m€), apesar do decréscimo dos proveitos financeiros em 29 m€, associado ao contributo no exercício de 2016 das obrigações da EDP.

Os custos aumentaram ligeiramente (+0,6%, equivalente a 5 m€) para 805.322,82€, destacando-se os fornecimentos e serviços externos (+17 m€, +11%) respeitantes a conservação e reparação (+12 m€) e a subcontratos (+6666€, ligados ao aumento da actividade da gráfica) e ao aumento de rendas e alugueres para 12.900€ (rendas pagas relativas às impressoras e às impressões da gráfica e dos restantes serviços do CJSJ).

Os custos com o pessoal registaram novo aumento em cerca de 13,8 m€ (+14 m€ em 2016) para cerca de 516,8 m€, equivalentes a 60% dos proveitos e a 64% da totalidade dos custos. Para este aumento contribui o aumento do salário mínimo, o aumento salarial de 5% aos colaboradores do LIJ com salário superior ao mínimo (actualização salarial concedida face ao longo período de

tempo que estes colaboradores não viam o seu vencimento alterado) e ao pagamento retroactivo de direitos salariais a duas educadoras da creche, com impacto mensal de 620€ e que decorre desde Maio de 2017 até final de 2018. Assinale-se ainda o reforço do quadro de pessoal da creche com uma colaboradora.

Referência ainda para a redução significativa do custo das existências vendidas e consumidas em cerca de 16,1m€ (verificada essencialmente no hostel -14,6 m€), dado que os atletas do Vitória deixaram de fazer refeições no CJSJ.

Assinale-se a redução significativa das amortizações (-14,3 m€), devido a vários bens terem atingido a sua vida útil contabilística e apesar das amortizações iniciadas no exercício relativos aos bens adquiridos no âmbito dos investimentos realizados (cerca de 50 m€, subsidiados integralmente pela Camara Municipal de Guimarães).

Em consequência da evolução favorável dos proveitos (+23 m€) face aos custos (+ 5 m€), o lucro da instituição aumentou cerca de 19 m€ para 51.414,07€.

2) Resultados por Valências (sem imputação de juros)

	2017	2016
Lar de Jovens	+24.172,02	+6.522,49€
Creche	-27.895,50	-27.055,12
Gráfica	+15.425,44	+2.546,78
Hostel	+34.083,11	+16.004,27
Resultado fin.	+5.629,00	+34.378,72
TOTAL	+51.414,07	+32.394,17

Os resultados económicos por valência social e actividade económica em 2017 podem ser caracterizados:

-no LIJ, pelo reforço de resultados devido ao aumento da frequência;

- na Creche, pela manutenção do nível de prejuízos elevados, dado que o forte acréscimo dos proveitos (15,5 m€) associados ao aumento da frequência foi absorvido pelo aumento dos custos com pessoal (+17 m€, dos quais 4.960€ são não recorrentes e relacionados com retroactivos pagos a duas educadoras). A creche foi a única valência com prejuízos em 2016 e em 2017;

- na Gráfica pelo reforço de resultados, devido ao crescimento da facturação (+ cerca de 7 m€) e ao decréscimo das amortizações (-6,7 m€);

- o hostel continua a ser a actividade com maior contributo para os resultados da Instituição, tendo mais do que duplicado o resultado, porque manteve a facturação com forte decréscimo dos custos por ter deixado de servir refeições aos atletas do Vitória;

3) Comparação com o orçamento

O lucro registado de 51,4 m€ compara com o prejuízo orçamentado de 58,3 m€.

Esta significativa diferença é explicada, essencialmente, pelas receitas do LIJ terem ficado 40 m€ acima do estimado devido à maior frequência de utentes, da manutenção das receitas do hostel com custos muito inferiores ligados à inexistência de custos com refeições para os atletas (14 M€) e não foi orçamentada a forte redução verificada nas amortizações (-39 m€).

4) Situação Financeira

A situação financeira do CJSJ é de grande solidez.

O Activo Total Líquido aumentou 3% para 1.364,4 m€, sendo composto por (em euros):

Activo	Valor	%	Passivo + Capitais Próprios	Valor	%
Imobilizado corpóreo	475.656,39	33%	Capital próprio	1.348.649,13	92%
Disp. e Inves. Financeiros	697.659,37	47%	Passivo	116.397,18	8%
Inves. em Imóveis	219.819,68	15%			
Clientes e Stocks	69.742,69	5%			
Outros	2.168,18	0%			
Total	1.465.046,31	100%		1.465.046,31	100%

47% do activo respeita a depósitos bancários (446 m€) e a investimentos financeiros (250 m€ em obrigações do tesouro). Esta classe de activos regista um aumento de cerca de 57 m€ face a 2016.

Os investimentos em imóveis respeitam a activos não afectos à exploração e totalizam 15% do activo.

O Activo é financiado em 92% pelos Capitais Próprios da Instituição, que aumentaram 91 m€ em 2017, devido o resultado gerado e ao subsídio recebido de 50 m€ da Câmara Municipal de Guimarães para investimento realizado no exercício .

O Passivo atingia no final de 2017 cerca de 116 m€, dos quais

- 71,7 m€ relativo às férias e ao subsídio adquiridos pelos colaboradores em 2017 e a liquidar em 2018;

- 21 m€ de impostos (IVA e retenções de IRS e contribuições para a Segurança Social relativos a Dezembro);

- 21 m€ de saldos correntes de fornecedores.

5) Proposta de Aplicação de Resultados

Propomos que o lucro do exercício, no valor de 51.414,07€ seja levado à conta de Resultados Transitados.

AGRADECIMENTOS

Cumpre-nos agradecer a todas as Entidades e Pessoas que, por qualquer forma, prestaram a sua colaboração à Instituição, nomeadamente:

Ministro do Trabalho e da Solidariedade,

Centro Distrital da Segurança Social de Braga,

Centro Distrital da Segurança Social do Porto,

Câmara Municipal de Guimarães,

Câmara Municipal de Felgueiras,

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Guimarães,

Instituto de Emprego e Formação Profissional,

Modelo Continente Hipermercados, S.A.,

Associação dos Antigos Alunos das Oficinas de S. José,

Exmos. Senhores Benfeitores e Associados,

Exmos. Membros da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal,

Exmos. Senhores Colaboradores que demonstraram o maior empenho e zelo no cumprimento das suas obrigações.

Guimarães, 21 de Fevereiro de 2018

A Direcção

Sr. Fernando José Duarte Xavier

Dr. Fernando Alberto Gonçalves Sousa

Dr. Francisco Pedro da Silva Fernandes

Dr. 
Luís Carlos Barbosa Pereira Alves

Dra. Maria Gabriela Guimarães Coelho Cordeiro da Silva

Sr. António Pereira de Magalhães

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2017

Instituição 20004656472 - CENTRO JUVENIL S JOSE GUIMARAES

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Actividade: 1305 - LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Início RS/Actividade no ano: Não

Encerramento RS/Actividade no ano: Não

Nº Meses: 12

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Actividade:

Nº Médio de Utentes: 26,17

Nº Médio de Funcionários: 18,00

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	29.050,31	22.693,55
Subsídios, doações e legados à exploração		328.001,41	309.686,31
Subsídios de entidades públicas	11.111.1	320.437,11	188.884,79
ISS, IP – Centros Distritais	11.111.1	217.813,11	188.884,79
Outras entidades públicas		102.624,00	0,00
Subsídios de outras entidades		4.113,43	120.801,52
Doações heranças e legados	7	3.450,87	0,00
Variação nos inventários da produção	11.11	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	9	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-23.482,11	-25.409,82
Fornecimentos e serviços externos		-98.519,78	-80.773,45
Gastos com pessoal		-229.406,55	-233.662,72
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	11.12	34.381,15	48.408,60
Correções relativas a anos anteriores	11.12	12,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP	11.12	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		12,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		5.165,00	0,00
Outros rendimentos		29.204,15	0,00
Outros gastos	11.13	-9.699,39	-5.779,47
Correções relativas a anos anteriores	11.13	-4.052,78	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores	5	-4.052,78	0,00
Outros gastos		-5.646,61	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	11.14	30.325,04	35.163,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	11.14	-6.153,02	-11.934,94
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24.172,02	23.228,06
Juros e rendimentos similares obtidos		5.926,18	17.899,33
Juros e gastos similares suportados		-297,18	-229,15
Resultado antes de impostos		29.801,02	40.898,24
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		29.801,02	40.898,24

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2017

Instituição 20004656472 - CENTRO JUVENIL S JOSE GUIMARAES

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Actividade: GRÁFICA

Início RS/Actividade no ano: Não

Encerramento RS/Actividade no ano: Não

Nº Meses: 12

Tipo de Acordo: Sem Protocolo/Programa

Tipo de Actividade: Sem Protocolo

Nº Médio de Utentes: 0,00

Nº Médio de Funcionários: 8,00

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	217.342,98	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Subsídios de entidades públicas		0,00	0,00
ISS, IP – Centros Distritais		0,00	0,00
Outras entidades publicas		0,00	0,00
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	7	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	11.11	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-46.293,04	0,00
Gastos com pessoal		-35.279,46	0,00
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		-122.572,91	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		2.604,18	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		245,20	0,00
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP	11.12	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos		245,20	0,00
Outros gastos		-575,93	0,00
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP	11.13	0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores	5	0,00	0,00
Outros gastos		-575,93	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15.471,02	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-45,58	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15.425,44	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		15.425,44	0,00
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado liquido do periodo		15.425,44	0,00

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2017

Instituição 20004656472 - CENTRO JUVENIL S JOSE GUIMARAES

Equipamento: 1 - SEDE

Resposta Social/Actividade: HOSTEL

Início RS/Actividade no ano: Não

Encerramento RS/Actividade no ano: Não

Nº Meses: 12

Tipo de Acordo: Sem Protocolo/Programa

Tipo de Actividade: Sem Protocolo

Nº Médio de Utentes: 0,00

Nº Médio de Funcionários: 3,00

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	85.518,32	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Subsídios de entidades públicas		0,00	0,00
ISS, IP – Centros Distritais		0,00	0,00
Outras entidades publicas		0,00	0,00
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	7	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	11.11	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-7.374,56	0,00
Gastos com pessoal		-15.841,18	0,00
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		-27.008,53	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores	5	0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		35.294,05	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1.210,94	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		34.083,11	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		34.083,11	0,00
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		34.083,11	0,00

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2017

Instituição 20004656472 - CENTRO JUVENIL S JOSE GUIMARAES

Equipamento: 2000 - CENTRO JUVENIL ROSAS AMORIM VIEIRA

Resposta Social/Actividade: 1102 - AMA (CRECHE FAMILIAR)

Início RS/Actividade no ano: Não

Encerramento RS/Actividade no ano: Não

Nº Meses: 12

Tipo de Acordo: Sem Acordo

Tipo de Actividade:

Nº Médio de Utentes: 0,00

Nº Médio de Funcionários: 0,00

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		0,01	0,01
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Subsídios de entidades públicas		0,00	0,00
ISS, IP – Centros Distritais		0,00	0,00
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Subsídios de outras entidades		0,00	0,00
Doações heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-0,01	-0,01
Gastos com pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		0,00	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	0,00
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
	Resultado antes de impostos	0,00	0,00
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
	Resultado líquido do período	0,00	0,00

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2017

Instituição 20004656472 - CENTRO JUVENIL S JOSE GUIMARAES

Equipamento: 2000 - CENTRO JUVENIL ROSAS AMORIM VIEIRA

Resposta Social/Actividade: 1103 - CRECHE

Início RS/Actividade no ano: Não

Encerramento RS/Actividade no ano: Não

Nº Meses: 12

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Actividade:

Nº Médio de Utentes: 33,17

Nº Médio de Funcionários: 9,00

Mapa de Valências / Actividades Por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	41.433,25	35.329,05
Subsídios, doações e legados à exploração		105.594,22	96.241,05
Subsídios de entidades públicas	11.1	102.015,87	92.579,45
ISS, IP – Centros Distritais	11.111.1	102.015,87	92.579,45
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Subsídios de outras entidades		2.873,35	3.661,60
Doações heranças e legados	7	705,00	0,00
Varição nos inventários da produção	11.11	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-6.610,39	-5.632,53
Fornecimentos e serviços externos		-25.304,34	-26.094,08
Gastos com pessoal		-137.833,18	-120.807,49
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		4.795,91	6.911,14
Correções relativas a anos anteriores	11.12	0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		4.795,91	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		0,00	-67,25
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores	5	0,00	0,00
Outros gastos		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-17.924,53	-14.120,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-9.970,97	-12.935,01
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-27.895,50	-27.055,12
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-27.895,50	-27.055,12
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-27.895,50	-27.055,12

Demonstração dos Resultados por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2017

Instituição: 20004656472 - CENTRO JUVENIL S JOSE GUIMARAES

Número RS/Actividades agregadas: 5

Mapa A. Demonstração dos resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		373.344,87	353.301,24
Subsídios, doações e legados à exploração		433.595,63	405.927,36
Subsídios de entidades públicas		422.452,98	281.464,24
ISS, IP – Centros Distritais		319.828,98	281.464,24
Outras entidades públicas		102.624,00	0,00
Subsídios de outras entidades		6.986,78	124.463,12
Doações heranças e legados		4.155,87	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-83.760,10	-99.900,73
Fornecimentos e serviços externos		-174.944,77	-157.900,63
Gastos com pessoal		-516.821,17	-503.067,75
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		2.604,18	-856,96
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		39.422,26	55.664,76
Correções relativas a anos anteriores		12,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		12,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		9.960,91	0,00
Outros rendimentos		29.449,35	0,00
Outros gastos		-10.275,32	-6.723,74
Correções relativas a anos anteriores		-4.052,78	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		-4.052,78	0,00
Outros gastos		-6.222,54	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		63.165,58	46.443,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-17.380,51	-31.719,56
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		45.785,07	14.723,99
Juros e rendimentos similares obtidos		5.926,18	17.899,33
Juros e gastos similares suportados		-297,18	-229,15
Resultado antes de impostos		51.414,07	32.394,17
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		51.414,07	32.394,17

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2017

Instituição: 20004656472 - CENTRO JUVENIL S JOSE GUIMARAES

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	695.476,07	662.541,11
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	252.042,42	251.377,31
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		947.518,49	913.918,42
Ativo corrente			
Inventários	7	6.826,87	8.372,04
Créditos a receber	11.2	62.915,82	51.437,78
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.13	2.154,00	1.602,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos correntes	11.13	14,18	0,00
Caixa e depósitos bancários	11.5	445.616,95	389.105,61
		517.527,82	450.517,43
Total do Ativo		1.465.046,31	1.364.435,85
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11.6		
Excedentes técnicos		305.221,26	305.221,26
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11.6	0,00	0,00
Excedentes de revalorização		730.803,68	698.409,51
Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	11.6	261.210,12	221.171,03
Doações	11.6	256.446,94	216.407,85
Outras variações		4.763,18	4.763,18
		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.297.235,06	1.224.801,80
Total dos fundos patrimoniais		51.414,07	32.394,17
		1.348.649,13	1.257.195,97
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2017

Instituição: 20004656472 - CENTRO JUVENIL S JOSE GUIMARAES

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	21.590,29	17.979,92
Estado e outros entes públicos	11.8	21.198,33	20.095,79
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	11.9	73.608,56	69.164,17
		116.397,18	107.239,88
Total do Passivo			
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		116.397,18	107.239,88
		1.465.046,31	1.364.435,85

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Mapa C)

Ano das contas: 2017

Instituição: 20004656472 - CENTRO JUVENIL S JOSE GUIMARAES

Mapa C. Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		378.133,75	384.724,90
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-249.074,55	-99.261,63
Pagamentos ao pessoal		-511.740,77	-497.945,72
Caixa gerada pelas operações		-382.681,57	-212.482,45
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		433.729,28	415.198,71
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		51.047,71	202.716,26
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-50.315,47	-13.801,48
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	13.801,48
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	179.588,83
Outros ativos		150,10	19.843,22
Subsídios ao investimento		50.000,00	6.000,00
Juros e rendimentos similares		5.926,18	17.899,33
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		5.760,81	223.331,38
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-297,18	-229,15
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-297,18	-229,15
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		56.511,34	425.818,49
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		389.105,61	362.151,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período		445.616,95	389.105,61

**CENTRO JUVENIL DE S. JOSE
GUIMARÃES**

Des. King Alva
Agulhas
✂

**Anexo
Contas de 2017**

[Handwritten signatures and initials]

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
3.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	13
3.4	Principais fontes de incerteza das estimativas	13
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	14
5	Activos Fixos Tangíveis.....	14
6	Activos Intangíveis	15
7	Inventários	16
8	Rédito.....	16
9	Benefícios dos empregados	16
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
11	Outras Informações	17
11.1	Investimentos Financeiros	17
11.2	Clientes e Utentes.....	17
11.3	Outras contas a receber.....	18
11.4	Diferimentos	18
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	18
11.6	Fundos Patrimoniais.....	18
11.7	Fornecedores	19
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	19
11.9	Outras Contas a Pagar.....	19
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	20
11.11	Fornecimentos e serviços externos	20
11.12	Outros rendimentos e ganhos	20
11.13	Outros gastos e perdas	21
11.14	Resultados Financeiros	21
11.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	22

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

1 Identificação da Entidade

O Centro Juvenil de s. José é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída sob a forma de Associação com estatutos publicados no Diário da República n.º 60 – III Série de 11 de Março de 1995, com sede na Rua D. Domingos da Silva Gonçalves, na União de freguesias de Oliveira do castelo, S. Sebastião e S. Paio, concelho de Guimarães. Tem como atividade a gestão de um Lar de Infância e Juventude e de uma Creche. Subsidiariamente, explora, integrada no Lar de Infância e Juventude, uma Gráfica e, nos alojamentos não utilizados pelo LIJ, um Hostel.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Em 2017 as demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- * Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- * Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de março;
- * Código de Contas (CC) – Portaria nº 106/2011 de março;
- * NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de março;
- * Normas Interpretativas (NI)

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Pressuposto da Continuidade:

Com base na informação e nas expectativas, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção, nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Pressuposto do Acréscimo:

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

3.1.3 Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na

face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes

permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado nos fundos patrimoniais como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método *da linha reta*, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros Activos fixos tangíveis	4 e 6

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta variações nos fundos patrimoniais.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por uma entidade especializada independente. São reconhecidas as variações diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica aumentos/reduções de justo valor.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica propriedades de investimento em desenvolvimento até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como variação de valor das propriedades de investimento, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividade de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.2.5 Imposto sobre o Rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

[Handwritten signatures and initials]

b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

3.2.6 Inventários

Os inventários são registados ao custo de aquisição.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

b) Ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do "custo", sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

[Handwritten signatures and initials]

- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (exceto quando se tratam de empresas cujas ações não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar com fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade)
- Ativos e passivos financeiros detidos para negociação (são adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertencem a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados).
- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.8 Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.9 Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existir uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdidos para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão incluídos no item de outras variações nos fundos patrimoniais. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Locação Financeira

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.12 Empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.13 Benefícios aos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

- a) Benefícios de curto-prazo;

Os benefícios de curto prazo incluem, remunerações e contribuições para a Segurança Social.

b) Benefícios de cessação.

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

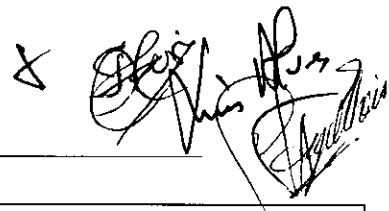
5 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					
Edifícios e outras construções	865.346,20					865.346,20
Equipamento básico	621.623,28	5.518,86				627.142,14
Equipamento de transporte	51.276,36					51.276,36
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	168.040,10	2.477,61				170.517,71
Outros Activos fixos tangíveis	39.246,56					39.246,56
Total	1.745.532,50	7.996,47	0,00	0,00	0,00	1.753.528,97
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	421.994,77	9.921,61				431.916,38
Equipamento básico	616.372,78	4.643,57				621.016,35
Equipamento de transporte	48.381,36	2.895,00				51.276,36
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	153.092,51	14.259,38				167.351,89
Outros Activos fixos tangíveis	39.246,56					39.246,56
Total	1.279.087,98	31.719,56	0,00	0,00	0,00	1.310.807,54

Propriedades de Investimento

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	219.819,68					219.819,68



Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	865.346,20	0,00				865.346,20
Equipamento básico	627.142,14	50.315,47				677.457,61
Equipamento de transporte	51.276,36	0,00	0,00			51.276,36
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	170.517,71	0,00				170.517,71
Outros Activos fixos tangíveis	39.246,56	0,00	0,00			39.246,56
Total	1.753.528,97	50.315,47	0,00	0,00	0,00	1.803.844,44
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	431.916,38	9.921,61				441.837,99
Equipamento básico	621.016,35	6.384,63	0,00			627.400,98
Equipamento de transporte	51.276,36	0,00	0,00			51.276,36
Equipamento biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento administrativo	167.351,89	1.074,27				168.426,16
Outros Activos fixos tangíveis	39.246,56	0,00	0,00			39.246,56
Total	1.310.807,54	17.380,51	0,00	0,00	0,00	1.328.188,05

Propriedades de Investimento

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	219.819,68					219.819,68

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A Instituição não tem ativos intangíveis.

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.519,85	96.693,54	3.059,38	8.372,04	82.214,93	0,00	6.826,87
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	8.519,85	96.693,54	3.059,38	8.372,04	82.214,93	0,00	6.826,87

8 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	217.342,98	210.461,36
Prestação de Serviços		
Mensalidades de utentes	67.035,56	54.613,60
Quotas e jóias	3.448,00	3.409,00
Serviços Secundários (Hostel)	85.518,32	84.817,27
Comparticipação de Utentes	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	373.344,86	353.301,23

9 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 foi de 38 e em 2017 foi de 36,5. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	420.618,97	408.795,20
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	944,26	2.420,28
Encargos sobre as Remunerações	89.771,88	84.758,03
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4.325,42	5.753,99
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1.160,64	1.340,25
Total	516.821,17	503.067,75

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	199,76	199,76
Outros investimentos financeiros	251.842,66	251.177,55
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	252.042,42	251.377,31

Os Investimentos noutras empresas diz respeito à participação na Cooperativa Agrícola de Guimarães. Os outros Investimentos financeiros referem-se:

- à aquisição de 250 obrigações de valor nominal unitário de 1000€ cada, da emissão de Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável de 19 de Maio de 2016, por 5 anos, com uma taxa de juro equivalente à Euribor a 6 meses acrescido de 2,2 pp, sendo a taxa nominal mínima de 2,2%, com pagamento semestral de juros.
- à contribuição com 1.842,66€ para o FCT – Fundo de Compensação do Trabalho.

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	62.915,82	51.437,78
Utentes	0,00	0,00
Total	62.915,82	51.437,78

11.3 Outras contas a receber

A rubrica outras contas e a receber tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	2.168,18	1.602,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	2.168,18	1.602,00

Do valor registado em 2017 na rubrica outros devedores, 2.154,00€ refere-se às quotizações de associados vencidas e não pagas em 2017 e taras e 14,18€ vasilhames.

11.4 Diferimentos

Neste ponto não há nada a referir.

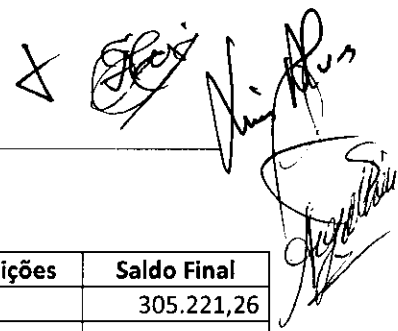
11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.019,16	789,54
Depósitos à ordem	444.597,79	273.316,07
Depósitos a prazo	0,00	115.000,00
Outros		
Total	445.616,95	389.105,61

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:



Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	305.221,26			305.221,26
Excedentes Técnicos				
Reservas	0		0	
Resultados Transitados	698.409,51	32.394,17		730.803,68
Outros variações nos fundos patrimoniais	221.171,03	50.000,00	9.960,91	261.210,12
Resultados do exercício	32.394,17	19.019,90		51.414,07
Total	1.257.195,97	101.414,07	9.960,91	1.348.649,13

O aumento registado nas "outras variações nos fundos patrimoniais" de 50.000,00€ deve-se ao Subsídio da Câmara Municipal de Guimarães para equipamento de Cozinha, Lavandaria e Material Didático. A diminuição registada resulta da afectação à conta da exploração do valor anual de subsídios a fundo perdido recebidos para investimento.

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	21.590,29	17.979,92
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	21.590,29	17.979,92

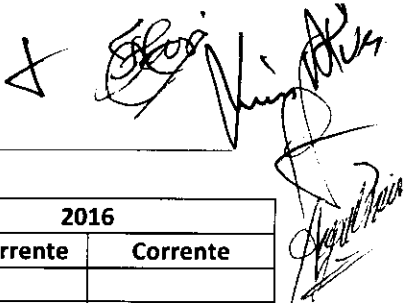
11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.648,06	9.181,53
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.472,88	2.012,76
Segurança Social	9.077,39	8.901,50
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	21.198,33	20.095,79

11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:



Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		71.675,14		67.230,75
Cauções	0,00		0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		525,00		525,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores	0,00	1.408,42	0,00	1.408,42
Total	0,00	73.608,56	0,00	69.164,17

As remunerações a pagar referem-se ao direito adquirido em 2017 pelos colaboradores da Associação das férias e do subsídio de férias a gozar e a liquidar em 2018.

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	422.452,98	384.088,24
Subsídios de outras entidades	6.986,78	6.157,53
Doações e heranças	4.155,87	5.681,59
Legados	0,00	10.000,00
Total	433.595,63	405.927,36

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Fornecimentos e Serviços Externos	174.944,76	157.900,62

11.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	16.911,86	15.589,62
Descontos de pronto pagamento obtidos	245,20	344,99
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	16.705,57
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2.367,43	0,00
Outros rendimentos e ganhos	19.897,77	23.024,58
Total	39.422,26	55.664,76

Nesta rubrica estão incluídos, em 2017, entre outros, os proveitos respeitantes à venda de energia produzida nos painéis fotovoltaicos (1.953,96€), subsídios para investimentos (9.960,91€), entregas por ordem do Tribunal (5.585,00€), consignação 0,5% IRS (3.601,93€), proveitos de refeições e de alojamentos (14.957,90€).

11.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	15,11	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	343,73	391,16
Dividas incobráveis	301,20	953,10
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	9.615,28	5.379,48
Total	10.275,32	6.723,74

Nesta rubrica de outros gastos e perdas inclui-se, em 2017, as gratificações de utentes do LIJ no valor de 4.127,50€.

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
-----------	------	------

Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	297,18	229,15
Total	297,18	229,15
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	5926,18	17.899,33
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0	0,00
Total	5.926,18	17.899,33
Resultados Financeiros	5.629,00	17.670,18

Do valor registado, 5.576,39€, referem-se a juros das 250 obrigações do valor nominal unitário de 1000€ cada, da emissão de Obrigações do Tesouro e os restantes 349,79€, a juros de depósitos bancários.

11.15 Acontecimentos após data de Balanço

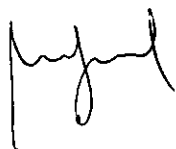
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direcção em, 21 de fevereiro de 2018.

GUIMARÃES, 21 de Fevereiro de 2018

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção

